

improp

4

SUPLEMENTO
ENGENHARIA

associação de estudantes da faculdade de ciências de lisboa

14-12-73

GATO ESCONDIDO COM O RABO DE FORA (ACERCA DE UMA DEMASIADO SUBITA "BOA VONTADE" DAS AUTORIDADES)

No dia 7/12, o Conselho Escolar reuniu e fez sair a seguinte nota:

"... Embora reconhecendo a situação muito precária das instalações de toda a Faculdade, aprovou que se tentasse a abertura de uma sala, eventualmente no edifício da Associação, para estudo e convívio dos estudantes..."

(sublinhados nossos)

Isto, à primeira vista poderá parecer uma medida que nos beneficiará.

Mas então...

o mesmo C.E. que apoiou a chamada da polícia para saquear a nossa sala e identificar os nossos colegas;

o mesmo C.E. que decidiu suspender 9 colegas nossos, tentando responsabilizá-los por uma decisão que todos nós tomámos;

o mesmo C.E. que, no ano passado suspendeu mais de 50 estudantes que eram conhecidos cá na faculdade por se porem à frente de todos nós na defesa dos nossos interesses e dos quais 13 foram incorporados compulsivamente na tropa por "mau comportamento escolar";

o mesmo C.E. que, também, no ano passado expulsou pelo mesmo "motivo" 3 colegas, dos quais 2 eram elementos da Direcção da Associação

vem agora dar-nos uma sala?

NÃO HAVERÁ AQUI "GATO"?

É claro que sim! O comportamento das pessoas não muda assim dum momento para o outro...

Devemos tentar analisar porque é que o C.E. decidiu, de repente(1), "oferecer-nos" uma sala e tentar descobrir se toda esta repentina "com-

preensão" dos nossos problemas não trará "água no bico".

Vejam os pois:

PORQUE AGORA?

Vimos no último Suplemento de Engenharia do Improp que não foi porque tivesse ficado "bocado" com a nossa "falta de educação" que o Director mandou chamar a polícia.

Chamou-a porque, perante a firme disposição de todos nós de ocuparmos a sala A, achou que a entrada da polícia cá na Faculdade e a saída de algumas suspensões nos iria intimidar e travar o nosso movimento.

A nossa resposta a tudo isto foi continuarmos a ir para a nossa sala garantindo sempre alguns a vigiar a porta para o caso de nova intervenção e, esforçarmo-nos por reforçar o trabalho das Comissões de Curso, alargando-as cada vez mais.

Tudo isto deve ter feito com que eles pensassem:

"Então mandamos saquear a sala, suspendemos 9 e eles continuam a ir para lá? O melhor é oferecer-lhes 1 presente para ver se acalmam..."

O presente já está à vista. Analizemos agora, as suas possíveis implicações.

E... O RESTO?

Na nota, o C.E. oferece-nos a seguir pág 2

T

TORRE
TOMBO

R de Com. de Curso

Para programar trabalho (sebentas e grupos culturais) para férias.

2ª FEIRA AS 15 HORAS NO PAVILHÃO

(1) A Associação foi encerrada em Junho de 1971 e, desde aí, nunca o C.E. se decidiu a "notar" que os estudantes precisavam de instalações

la para estudarmos e convivermos.

Quando decidimos ocupar a sala A, algumas das coisas que vimos na sua utilidade, para além do estudo e do convívio, eram:
- podermos garantir mais fácil e mais rapidamente, uma livre informação do que se passa cá dentro e não só,
- podermos fazer mais facilmente as nossas reuniões, etc.

A isto não se refere o C.E. na sua nota!

Não será difícil pensar que na sala que nos querem dar, as autoridades vão logo meter um bufo como o Zé do Pranto (ou ele próprio) a vigiar-nos. Ora, isto não nos interessa por razões óbvias...

NO EDIFÍCIO DA ASSOCIAÇÃO?

Na sua nota, o C.E. põe como hipótese abrir uma sala no edifício da Associação.

Quê seja, o C.E. permite-se pôr e dispôr desse edifício como se este fosse de sua propriedade privada.

No entanto, já em várias RGAs, os estudantes de Ciências têm reafirmado a sua disposição de reconquistar a Associação (isto é, nunca abdicaram dela) e de só permitir a sua reabertura com tudo aquilo que ela tinha quando não foi roubada (secção de folhas, salas de convívio, máquinas, copiógrafos, off-set, sonora, etc, etc.) e quando a situação da Direcção e das outras estruturas associativas estiver regularizada.

CONCLUINDO...

O "gato" existe e com o rabo bem pouco escondido.

O que temos a fazer é não nos deixarmos enganar com toda esta "boa vontade" das autoridades, continuando a ir massivamente para a nossa sala - aquela que decidimos ocupar e que é a única que nos pode dar um mínimo de garantia para continuarmos o nosso trabalho - e continuarmos a lutar por uma verdadeira Associação que não seja um fantoche nas mãos das autoridades mas que nos sirva efectivamente.

NÃO ÀS MANOBRAS DO C. E.

CONTINUEMOS A OCUPAR MASSIVAMENTE A NOSSA SALA

"NEUTRALIDADE"

C

"JUSTIÇA"

(da legalidade que
vós querem impor)

- A LEGISLAÇÃO MILITAR ANTI-ESTUDANTIL

Como toda a gente sabe, dos 31 estudantes que foram identificados pela polícia, na nossa sala, 9 foram já suspensos.

Também no Técnico, foram recusadas 70 matrículas. Em Letras o C.E. suspendeu 16 colegas.

Para melhor impôr as suas medidas repressivas sobre os estudantes, as autoridades académicas socorrem-se de leis que elas próprias "cozinham" e que surgem nas alturas de maior luta estudantil.

Pretendem fazer-nos crer que "lei é lei". Que, uma vez ela emanada, é imbatível. Uma espécie de tabu perante o qual todos nos deveríamos curvar, respeitando-a e, fundamentalmente, aceitando-a.

Assim, tentam pintá-la com cores de justiça supra-terrena, independentemente da situação de desigualdade entre as pessoas, não defendendo objectivamente, nada nem ninguém.

Que isto é falso, prova-o entre outras coisas a própria experiência dos estudantes.

Assim, quando há uma dezena de anos foi emanado um decreto-lei (40900)

pretendendo substituir as actividades associativas pelas circum-escolares da M.P., os estudantes tomaram posição de força, em massa opuseram-se à aplicação desse decreto e o governo acabou por recuar, tendo ficado letra morta a lei que fizera sair.

Exemplo mais recente é o decreto sobre os vigilantes (gorilas). Há muito sabemos que existem bufos e pides infiltrados na Universidade, mas este decreto pretendia institucionalizar a sua existência, dar-lhes uma certa "aparência". Que fizeram os estudantes? Correram-nos a pontapé de quase todas as faculdades, reduzindo a nada o texto pomposo ditado pelos Ministérios da Educação e do Interior.

A lei não é portanto inelutável.

Será que é neutra? Cabe referir mais 2 exemplos:

Em Coimbra, há já alguns anos, desenvolveram os estudantes amplas movimentações, como resposta a cargas policiais e investidas a tiro. Imediatamente surge uma lei conferindo plenos poderes aos directores das Faculdades para a pretexto de "mau comportamento escolar" afastarem sem apelo nem agravo 50 estudantes de Coimbra, incorporando-os na tropa.

Mais flagrante ainda foi o caso do Técnico há apenas alguns dias.

Um decreto feito sair uma semana antes foi logo aplicado no IST, para que o seu Director pudesse expulsar, independentemente da decisão do C. E., 70 estudantes.

Como podemos nós aceitar a neutralidade da lei?

Onde poderá estar o seu carácter "universal e supraterrano"?

Aprofundar este assunto, divulgar em pormenor estes e outros casos flagrantes e contribuir para um melhor esclarecimento sobre a verdadeira função da legislação, é estudar, através da experiência do nosso movimento, a forma mais correcta de combater esta arma das autoridades.

É neste sentido que devem trabalhar os grupos culturais.

Para os organizar e programar trabalho concreto para férias, convocou-se a Reunião da Comissão de Curso de 2ª feira. Nesta reunião também se deve programar o trabalho das sebtas.

Aparece!

A última reunião de C. de Curso

(sobre o papel da auto-critica no movimento)

A Reunião de Curso que estava convocada para 3ª feira não se chegou a realizar, mas houve uma reunião da Comissão de Curso em que se começou a programar trabalho.

Com o último Improp, algumas pessoas ficaram baralhadas com a crítica que se fez ao trabalho, porque não percebem bem qual é o sentido que se deve dar a uma auto-crítica. Ela tem uma função muito importante que é, partindo de uma análise correcta dos factos sem intervirem factores subjectivos como o egoismo, analisar esses factos para, no futuro, evitar novos erros. Foi isto que se fez e a última R. da C. de Curso mostra que a análise foi correcta e que os erros foram evitados